

Universidade de Brasília - UnB
Departamento de Economia

POBREZA, EDUCAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS DE
RENDA.

Túlio Neves Gerbassi
Ana Carolina Zoghbi

Brasília/DF
Março de 2015
Universidade de Brasília - UnB
Departamento de Economia

POBREZA, EDUCAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS DE RENDA.

Monografia apresentada ao Departamento de
Economia da Universidade de Brasília como
requisito à obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Túlio Neves Gerbassi
Ana Carolina Zoghbi

Túlio Neves Gerbassi

POBREZA, EDUCAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS DE RENDA.

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em de de

Banca Examinadora:

Prof. Rafael Terra
Examinador

Profª. Ana Carolina Zoghbi
Examinadora
Orientadora

Brasília/DF
Março de 2015

Brasília/DF
Março de 2015

Agradecimentos

Aos meus pais e irmã pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

À minha orientadora, Ana Carolina Zoghbi, pela atenção.

Aos meus amigos, pelas alegrias compartilhadas.

SUMÁRIO

1 Introdução	1
2 Pobreza e Educação	2
2.1 Pobreza, Saúde e Educação	4
2.1.1 Pobreza e Saúde	4
2.1.2 Saúde e Educação	6
2.2 Pobreza, Trabalho e Educação	7
2.3 Transferências Condicionadas de Renda	9
3 Impactos das Transferências sobre a Educação	10
3.1 Descrição do Experimento	10
3.2 Efeitos Diretos sobre a Educação	20
3.3 Efeitos Indiretos sobre a Educação	25
4 Programas de Transferências de Renda no Brasil	27
4.1 Evolução dos programas de transferências no Brasil	28
4.2 O Bolsa Família	29
4.2.1 Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)	30
4.2.2 Cobertura e Focalização	30
4.2.3 Benefícios	31
4.2.4 Condicionalidades	31
4.3 Impactos do Bolsa Família	32
4.3.1 Pobreza	33
4.3.2 Desigualdade	33
4.3.3 Educação	34
4.3.4 Saúde	35
4.3.5 Fertilidade	36
4.3.6 Mercado de Trabalho e Trabalho Infantil	36
5 Considerações Finais	37
Referência Bibliográfica	38

1. Introdução

À medida que os padrões de bem estar e de existência avançam, o entendimento do persistente fenômeno da pobreza se torna cada vez mais relevante. A pobreza tem diversas faces e dimensões, o que torna sua definição e mensuração um trabalho árduo. Uma das definições mais aceitas atualmente é a das capacidades e dotações, popularizada por Amartya Sen e outros autores. Segundo essa definição, a pobreza é a incapacidade de se funcionar dentro de uma sociedade. Incapacidade que priva indivíduos de terem a liberdade de escolha sobre suas vidas. Dentre as diversas capacidades que um indivíduo pode ter, uma das mais importantes é a educação.

A educação é o principal vetor da formação de capital humano. A acumulação de capital humano por países tem sido sistematicamente associada ao seu desempenho econômico. Como o principal redutor da pobreza é o crescimento econômico, a educação é um elemento chave para a redução da pobreza mundial. Pobreza e educação se relacionam de maneira intrínseca e causal. Por um lado, a obtenção de educação resulta em maior produtividade e, por conseguinte, maiores salários e renda. Por outro lado, a pobreza atua como o maior impeditivo para a obtenção de educação.

A pobreza envolve inúmeros fatores que ocorrem simultaneamente e que têm impactos diretos sobre a vida das pessoas, principalmente de crianças por estarem em estágios de formação física e psicológica. A influência das famílias, condições de moradia, nutrição insuficiente e incorreta e a privação de recursos e serviços básicos de saúde e educação, dentre outros, podem ter efeitos deletérios sobre a saúde e o desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo de crianças e afetar tanto a saúde na fase adulta como o processo de escolarização. Crianças em situação de pobreza também podem ter que trabalhar devido a insuficiência de renda em suas famílias, o que também pode ter grandes impactos sobre o processo de escolarização.

Há, de fato, grandes barreiras para pessoas em situações de pobreza. Essas barreiras têm como consequência processos de manutenção dos níveis de pobreza. Em países pobres e em desenvolvimento e em populações marginalizadas de países desenvolvidos, a pobreza tende a se perpetuar devido à grandes desigualdades de oportunidades. Na maioria desses países, populações empobrecidas vivem à margem da sociedade e não têm acesso à infraestrutura mínima, saneamento básico e serviços de educação e saúde de qualidade. Logo, a formação de capital humano é prejudicada e a pobreza é transmitida entre gerações.

Apesar de o principal redutor da pobreza ser o crescimento dos mercados e da renda, outros meios podem aliviar a pobreza presente e romper círculos viciosos de pobreza. A redistribuição da renda por meio de transferências condicionadas tem sido usada amplamente ao longo das últimas três décadas, principalmente na América Latina. Os programas de transferências condicionadas transferem quantias de dinheiro para famílias empobrecidas e essas famílias são condicionadas a manterem suas crianças na escola e comparecer a consultas médicas preventivas e, em alguns casos, a palestras e seminários educativos. O objetivo das transferências é impactar a pobreza presente e futura. A pobreza presente seria impactada pelas transferências em si que aliviam as restrições orçamentárias das famílias. A pobreza futura seria impactada pela formação de capital humano resultante do melhor desenvolvimento físico e cognitivo, melhor saúde e maior escolaridades das crianças. No Brasil, o principal programa de transferências ativo é o Bolsa Família com aproximadamente 14 milhões de famílias beneficiárias.

Os programas de transferências têm mostrado bons resultados com impactos positivos diretos sobre a educação (maior escolaridade e melhor desempenho cognitivo) e indiretos (melhor formação física e menos trabalho infantil, casamentos prematuros e gravidezes precoces). No presente trabalho serão expostos alguns resultados de experimentos que avaliam a capacidade das transferências condicionadas de impactar as famílias que as recebem. O texto é organizado da seguinte forma: a seção 2 expõe relações entre pobreza, saúde e educação e relações entre pobreza, trabalho e educação. A seção introduz também o que são as transferências condicionadas de renda e seus objetivos. A seção 3 apresenta os impactos diretos e indiretos das transferências condicionadas de acordo com as avaliações randomizadas de uma série de artigos. A seção 4 aborda as transferências condicionadas no Brasil, analisando o desenho do Bolsa Família e seus impactos. A seção 5 apresenta as considerações finais.

2. Pobreza e Educação

A pobreza é um fenômeno complexo, dinâmico e multidimensional e, logo, existem diversas formas de definição e mensuração. A definição mais comum é aquela que se refere à privação de recursos materiais para satisfazer necessidades básicas. Essa definição, denominada de definição econômica, é baseada em medidas de renda e os níveis de pobreza absolutos são calculados como o dispêndio em alimentos necessários para satisfazer uma dieta

básica e o dispêndio em poucos bens não alimentícios essenciais (Black e Engle, 2008). Já os níveis de pobreza relativos são definidos em relação à distribuição da renda total em uma dada região ou país. O conceito de pobreza relativa é fundamentado na noção de que, além da mera dimensão fisiológica, necessidades básicas têm dimensões sociais e psicológicas. Ou seja, a pobreza não se refere apenas à níveis de privação absolutos mas, sim, à níveis relativos ao padrões de renda e consumo vigentes (Hannum, 2013). O uso da renda para definir a pobreza pode ser justificada pelo fato de que, em sociedades com economias de mercado, a renda é essencial. Há grandes facilidades de comparação no tempo e espaço e um fácil entendimento intuitivo (Borgeraas e Dahl, 2010).

O uso da renda para definir a pobreza é, no entanto, muito criticado. Entre as críticas, está o fato de que tal uso é arbitrário e conceitualmente vazio, não captando as diversas dimensões da pobreza. Algumas definições alternativas sustentam que a pobreza não é a simples privação de bens materiais mas, sim, a incapacidade de se funcionar efetivamente em sociedade. Esse tipo de abordagem, popularizada por Amartya Sen e outros, é focada nas capacidades e dotações. De acordo com Sen (2006), a pobreza é a privação de capacidades que resulta na falta de liberdade de escolha. Essas capacidades são, entre outras, o sentimento de pertencimento social, identidade cultural, respeito, dignidade, informação e educação. Sob essa ótica, a falta de educação ou educação inadequada pode ser considerada, em si, uma forma de pobreza. De fato, pobreza e educação se relacionam de forma inversa, bidirecional e causal. A relação entre pobreza e educação pode ser entendida de duas maneiras. Primeiro, o investimento em educação aumenta as habilidades e a produtividade de indivíduos aumentando os salários e o nível de renda. Segundo, a pobreza constitui o maior impedimento para a obtenção de educação (Bawane e Julius, 2011).

A relação entre a pobreza e educação é frequentemente associada ao problema do ovo e da galinha. Crianças que nascem em situações de pobreza tendem a obter menos educação e crianças com menos educação estão mais propensas a continuarem na pobreza quando adultas. De fato, relações como essa evidenciam uma grande perpetuação da pobreza em todas suas dimensões. Os canais de transmissão podem ser o capital financeiro, humano e sociocultural. A transmissão pelo capital financeiro se refere ao dinheiro, terras, construções, propriedades privadas em geral que são transmitidas por meio de heranças, pensões, seguros entre outros tipos de transferências. A transmissão pelo capital humano, interesse principal do presente trabalho, se refere entre outros, à educação, conhecimento, habilidades, saúde física e mental que são transmitidas por meio da socialização familiar primária, do investimento de

tempo e recursos materiais na obtenção de educação, da boa nutrição e cuidados com a saúde, além de outros meios como a herança genética. A transmissão pelo capital sociocultural se refere aos sistemas de valores, tradições, normas, transmitidas pela também pela socialização primária e outras interações sociais no meio e nas famílias (Bird, 2007).

Como visto, há inúmeros fatores que influenciam na manutenção dos níveis de pobreza e a maioria deles estão intrinsecamente associados. Uma forma de lidar com esse problema, aplicada nas últimas décadas, são as transferências de renda com condições incorporadas. As transferências, em si, visam atenuar os problemas relacionados à carência material. As condições visam gerar incentivos para a formação de capital humano, ao estimular a presença na escola e em consultas médicas preventivas, por exemplo. O principal objetivo das transferências é tentar romper a perpetuação da pobreza ao alterar fatores que a alimentam, principalmente aqueles relacionados ao capital humano. Nessa seção serão expostas as principais relações entre a pobreza, saúde, educação e o trabalho infantil e maneiras como as transferências podem influenciar nessas relações.

2.1 Pobreza, Saúde e Educação

A pobreza envolve inúmeros fatores de risco, familiares e ambientais. Entre esses fatores estão: más condições de moradia com pouco ou nenhum saneamento básico, nutrição inadequada, maior exposição à violência, menor acesso à serviços de saúde e maior incidência de problemas de saúde físicos e mentais. De fato, pobreza e saúde estão diretamente associadas. Exemplos dessas associações estão na maior incidência da mortalidade infantil, baixo peso ao nascer, atrasos no desenvolvimento físico e cognitivo, maiores taxas de doenças físicas e mentais e maiores taxas de agressões intencionais em populações empobrecidas (Basch, 2011). Com efeito, a obtenção de educação de qualidade por crianças com saúde prejudicada tende a ser menor, intensificando a transmissão intergeracional de pobreza.

2.1.1 Pobreza e Saúde

Muitos dos efeitos da pobreza sobre o desenvolvimento das crianças é devido ao comportamento das famílias. As famílias são os agentes de socialização primários na vida das crianças. Além de prover as necessidades básicas de sobrevivência, as famílias transmitem valores culturais e educacionais. Interações iniciais entre os pais e crianças ajudam no

aprendizado de processos regulatórios e de socialização. Famílias empobrecidas geralmente têm pouca educação e instrução, o que reduz a sua capacidade de oferecer um ambiente que estimule suas crianças psicologicamente. Há uma tendência maior ao uso de linguagens triviais em que predominam comandos e estruturas simples em vez de explicações e elaborações. Essas famílias tendem a usar estilos de paternidades duros, baseados no controle, em vez de estilos que envolvam mais interações recíprocas que promovam um maior desenvolvimento pessoal e emocional (Black e Engle, 2008).

As condições de moradia são diretamente associadas à pobreza. A habitação envolve diversos elementos físicos (localização, densidade demográfica, qualidade do ar, saneamento, exposições perigosas, pestes), sociais (ameaças a segurança, ruídos, redes sociais) e psicológicos (conflitos interpessoais, sensação de permanência). Todos esses aspectos influenciam demasiadamente a saúde. Condições de moradia deterioradas afetam as condições físicas e psicológicas de indivíduos e logo o bem estar das famílias (Claudio *et al*, 2008). Tais condições, em conjunto com a falta de instrução, informação e serviços de saúde, estão relacionadas à maior incidência de doenças como infecções respiratórias, asma, diarreia, tuberculose, malária e a AIDS.

A principal característica da pobreza é a privação de bens básicos necessários para a sobrevivência, ou seja, de alimentos. A desnutrição está relacionada ao desenvolvimento físico e cognitivo, principalmente no útero e nos primeiros anos de vida. A desnutrição materna está associada à maiores taxas de mortalidade materna e infantil. A má nutrição no útero resulta em uma formação fetal deficiente e tende a resultar em baixo peso ao nascer. Esses danos tendem a ser irreversíveis ocasionando baixa estatura na fase adulta e limitando o desenvolvimento cognitivo (Adair *et al*, 2008).

A mortalidade infantil é um dos principais indicadores de pobreza. Sua principal causa é o baixo peso ao nascer. Estudos demonstram que reduções nas porcentagens de baixo peso ao nascer levam a reduções ainda maiores nas porcentagens de mortalidade infantil (Aber *et al*, 1997). O peso ao nascer pode ser considerado muito baixo (menos de 1,5 quilos), baixo (menos que 2,5 quilos) e normal (2,5 quilos ou mais). Entre muitas consequências que o baixo peso ao nascer pode ter sobre a saúde, a mais limitadora é a paralisia cerebral, caracterizada pela incapacidade de controle de movimentos e graves danos cognitivos. Outras condições associadas: deficiência mental, síndrome da dificuldade respiratória, displasia bronco pulmonar (DBP), retinopatia da prematuridade (ROP) e surdez. A extensa investigação acerca do baixo peso ao nascer constata que crianças que nascem com peso baixo e, principalmente,

muito baixo, estão mais expostas a dificuldades relacionadas ao desempenho cognitivo e escolar do que crianças com pesos normais ao nascer (Reichman, 2005). O desenvolvimento da compreensão de linguagem é significativamente relacionada com o peso ao nascer assim como a perspicácia no reconhecimento visual. O desenvolvimento psicológico e intelectual dessas crianças também é prejudicado (Aber *et al*, 1997).

2.1.2 Saúde e Educação

A saúde na infância pode ter uma relação causal tanto com a obtenção de educação quanto com a saúde na fase adulta. A má saúde pode impedir o progresso de crianças e adolescentes na escola pois pode resultar em faltas escolares devidas à doenças ou consultas médicas. Essas crianças também podem ser menos capazes física e psicologicamente de completar tarefas e testes ou manter a atenção na aula. A participação em atividades escolares e esportivas e interações com professores e colegas também podem ser comprometidas para crianças com a saúde prejudicada. Esses fatores podem contribuir para um desempenho acadêmico fraco e uma grande dificuldade para desenvolver habilidades cognitivas, sociais e de estudo necessárias para a permanência na escola e a obtenção de educação. Logo, a saúde pode influenciar o progresso educacional de crianças tanto ao retardar o avanço escolar quanto ao atrasar a entrada ou causar interrupções precoces no processo de escolarização (Lê *et al*, 2013). A educação também influencia diretamente a saúde, principalmente por aliviar os impactos da pobreza sobre a saúde. A educação pode melhorar a saúde ao resultar em mais recursos e serviços de saúde, acesso a empregos que sejam mais seguros e que envolvam menos riscos à saúde, maiores habilidades de leitura e compreensão e consequentemente mais informação e mudanças em relação às expectativas de longo prazo que levariam a comportamentos mais saudáveis, entre outros (Cutler e Lleras-Muney, 2006).

Como exposto na seção anterior, diversos fatores influenciam o desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo de crianças em situação de pobreza. O desenvolvimento cognitivo é crucial para a formação de capital humano. Baixos níveis de cognição estão diretamente associados à desempenhos escolares inferiores e menores salários (Macours *et al*, 2012). A pouca estimulação psicológica de crianças na primeira infância por famílias com pouca instrução, citada acima, contribui para o baixo desempenho cognitivo. Crianças que nascem com baixo peso tendem a ter maiores dificuldades para completar tarefas que envolvam leituras, soletração, e matemática do que crianças nascidas com peso normal. Essas

crianças tendem a ter maiores dificuldades linguísticas relacionadas com gramática e abstração (Reichman, 2005).

Há uma ampla evidência que a saúde debilitada está associada a maiores riscos de abandono escolar. A decisão de deixar a escola é influenciada por diversos fatores em períodos diferentes: composição familiar, condição socioeconômica, educação dos pais e a expectativa dos mesmos em relação à escolaridade do filhos, qualidade das escolas e fatores individuais como o comprometimento escolar e o desempenho acadêmico. Ademais, o estado de saúde tem diversos impactos potenciais ao longo de do percurso escolar de crianças. Doenças, como a asma, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e outras doenças crônicas infantis, normalmente têm seu início nos primeiros anos de vida e podem afetar negativamente o desempenho escolar desde o início do processo de escolarização. Dada a natureza cumulativa de tal processo, desvantagens precoces como essas tendem a limitar, também, o desempenho futuro, aumentando as chances de abandono.

Já na adolescência, condições como o abuso e dependência de substâncias e a gravidez precoce tendem a coincidir com a decisão de abandono. O abuso de cigarro, de álcool e de drogas ilícitas está associado a maiores probabilidades de abandono (Breslau, 2010). A gravidez na adolescência apesar de não ser, em si, um indicador de má saúde, é um evento transformador com sérios riscos à saúde e que requer grande acompanhamento médico. A gravidez e o nascimento podem influenciar o processo educacional de várias maneiras. Para meninas adolescentes, a gravidez é uma grande distração do esforço educacional, impactando diretamente a concentração nos estudos e na escola. O nascimento impõe amplas demandas psicológicas e restrições econômicas, gerando grandes incentivos para a evasão escolar seguida da dedicação exclusiva à maternidade ou da entrada no mercado de trabalho. Há grande evidência da relação entre a gravidez na adolescência e o abandono escolar, mesmo com controles estatísticos para os antecedentes familiares, condição socioeconômica, qualidade da escola e desempenho acadêmico (Breslau, 2010).

2.2 Pobreza, Trabalho e Educação

Um grande processo limitador da obtenção de educação e, por seguinte, acumulação de capital humano, é o trabalho infantil. O trabalho infantil é um problema global, principalmente dos países em desenvolvimento. Uma em cada cinco crianças no mundo trabalha (Edmonds, 2009). As regiões onde há maiores quantidade de trabalho são

caracterizadas por desigualdades econômicas, pobreza, desemprego, superpopulação e carência de serviços básicos como educação e saúde. Ou seja, há diversas razões para sua existência sendo a principal a pobreza. Famílias empobrecidas tendem a ter um número maior de filhos, o que torna a sobrevivência mais difícil pois já grandes limitações de renda. O trabalho infantil inclui processos em que crianças são exploradas (fisicamente, mentalmente ou moralmente), vivendo prematuramente a fase adulta por vezes longe de suas famílias e trabalhando longas horas com baixos salários sob condições potencialmente perigosas para sua saúde, bem estar e desenvolvimento físico e mental (Ahmad, 2012). O trabalho infantil também inclui o trabalho de crianças em casa e em fazendas ou negócios familiares e, no caso de adolescentes, o trabalho para ter a sua própria renda. Beegle *et al* (2004) avaliam os efeitos do trabalho infantil sobre a escolaridade e sobre a saúde e concluem que crianças que trabalham têm chances menores de concluírem os estudos e escolaridade inferior.

A evasão escolar está diretamente associada com o trabalho. No Brasil, um dos principais problemas educacionais é a falta de audiência do ensino médio. No grupo de 10 a 14 anos, 2,7% dos alunos estão fora da escola enquanto no grupo daqueles entre 15 e 17 anos, 17,8% está fora da escola. O pico da evasão se dá entre os 14 e 18 anos, faixa de idade que coincide com a idade adequada para frequentar o ensino médio. Neri (2009) propõe três motivações para a evasão: há um desconhecimento dos gestores da política pública acerca dos benefícios da educação que resulta na baixa oferta de serviços educacionais; falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos sobre a educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida ou por miopia e desconhecimento dos seus impactos potenciais e; restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo. Neri, com base na PNAD 2006, afirma que essa última motivação seria responsável por 35,08% da evasão. Já Fernandes (2010), com base na Pesquisa sobre o Abandono Escolar (PSAE), afirma que a conciliação do trabalho com os estudos compreende 58,3% dos motivos que levam ao abandono escolar.

A PSAE investiga também os motivos que levam os estudantes do ensino médio a trabalhar. O trabalho é uma atividade comum entre os estudantes do ensino médio: apenas 45,3% daqueles que frequentavam o ensino médio durante a pesquisa nunca haviam trabalhado. Esse grande número de estudantes que também trabalham se deve, pelo menos em parte a idade mais elevada desses estudantes, que se dá devido a elevadas taxas de repetências verificadas no ensino brasileiro. Embora a necessidade de ajudar a família seja relevante, a decisão de trabalhar não está apenas relacionada a essa motivação. Entre os estudantes do

ensino médio que trabalhavam, 70,4% alegaram que o motivo para ingressarem no mercado de trabalho foi o de ter o próprio dinheiro e essa motivação correspondeu a 45,6% dos evadidos na pesquisa. Fernandes considera que tal decisão se refere ao aumento do bem estar individual presente em detrimento do bem estar futuro. O estudantes descontariam pesadamente o bem estar futuro ao subestimarem os benefícios da educação.

2.3 Transferências Condicionadas de Renda

Embora o principal redutor da pobreza seja o crescimento econômico, este sozinho não consegue eliminá-la. Além de prover bens públicos, regular os mercados e criar um ambiente institucional que os favoreça e, logo, favoreça o crescimento econômico, os governos podem criar meios de redistribuição direta de renda por meio de programas de transferências. Os programas de Transferências Condicionadas de Renda transferem quantias de dinheiro ou outras formas de benefícios para famílias, em sua grande maioria empobrecidas, com a condição de que essas façam investimentos na formação de capital humano de seus membros, com grande ênfase nas crianças. As condições para saúde geralmente requerem consultas pré-natal ou gerais periódicas, monitoramento da formação física, vacinação de crianças de até cinco anos, entre outros. As condições para educação geralmente incluem, além da matrícula, frequência escolar de 85% em média e ocasionalmente, alguns testes de desempenho. Nas últimas décadas, diversos países adotaram tais programas. Virtualmente todos os países da América Latina têm algum programa ativo e outros países como Bangladesh, Indonésia, Turquia, Camboja, Malawi, Marrocos, Paquistão, África do Sul, entre outros, têm programas em andamento (Fiszbein e Schady, 2009). Em alguns países como no Brasil e México, tais programas se expandiram de forma significativa, cobrindo milhões de famílias.

O objetivo principal dos programas é reduzir a pobreza presente e futura. A pobreza presente seria reduzida por meio das transferências, que aliviam as restrições orçamentárias das famílias, possibilitando uma melhora das condições de vida das mesmas. A pobreza futura seria reduzida por meio da formação de capital humano que, a longo prazo, tende a quebrar os círculos viciosos de pobreza derivados da desigualdade de oportunidades. As transferências podem afetar o processo educacional tanto por reduzir os custos para se estudar quanto por imporem a frequência escolar por meio das condicionalidades. Outro meio pelo qual as transferências podem influenciar o processo educacional é pela melhor formação da

capacidade cognitiva em crianças. As condições impostas geralmente envolvem consultas pré-natal que influenciam na formação fetal e logo no peso ao nascer, com maiores chances de uma melhor formação física e cognitiva.

Os programas de Transferências Condicionadas de Renda têm sido avaliados extensivamente ao longo dos últimos anos para a mensuração de seus impactos e a otimização de suas focalizações e métodos. Fiszbein e Schady (2009), ao fazer uma vasta revisão de literatura acerca de tais programas, concluem que a focalização de famílias pobres tem sido bem executada e que há grande evidência de resultados positivos como o aumento do uso de serviços de educação e saúde, consumo presente e redução da pobreza presente. No entanto, resultados finais para educação (desempenho em testes padronizados e no boletim) são heterogêneos.

3. Impactos das Transferências sobre a Educação

A seguir serão expostos resultados de artigos que analisam as transferências por meio de experimentos randomizados realizados para avaliar programas de transferências. A seção 3.1 descreve os experimentos e os objetivos das análises e as seções 3.2 e 3.3 expõem os resultados encontrados.

3.1 Descrição do Experimento

Baird *et al* (2011) exploram um experimento randomizado realizado no Malawi no qual foram feitas transferências de renda para domicílios com meninas em idade escolar para investigar a função da condicionalidade em programas de transferências. O conhecimento acerca do impacto marginal da incorporação de condições é limitado, principalmente para países da África Subsaariana onde avaliações são raras. A evidência não experimental, no entanto, sinaliza que a condicionalidade desempenha uma função relevante no impacto geral dos programas de transferência de renda. O experimento foi ramificado de modo que alguns domicílios tratados estivessem condicionados enquanto outros não. O objetivo dos autores é analisar o impacto da cada ramo de tratamento não apenas nos comportamentos condicionados como matrículas e frequência escolar mas, também, em efeitos que são de suma importância para as expectativas de longo prazo de meninas em idade escolar como a formação de capital humano, casamento e gravidez precoce.

O local escolhido para o experimento é o Distrito de Zomba, dividido em 550 Áreas Enumeradas (EA). A Cidade de Zomba contém 50 EAs enquanto o resto é dividido em sete tradicionais jurisdições. Previamente ao início do experimento, 176 EAs foram escolhidas em três diferentes estratos. Na Cidade de Zomba, foram escolhidas 29 EAs e em um raio de 16 quilômetros da cidade foram escolhidas 119 EAs em áreas rurais próximas. As 28 EAs restantes foram escolhidas em áreas rurais distantes. A escolha do raio de 16km da cidade foi arbitrária e baseada sobretudo nos custos de transporte. Cada domicílio das 176 EAs escolhidas foi visitado para a listagem completa de meninas solteiras com idades entre 13 e 22 anos. Em seguida foi feita a divisão em dois grupos: aquelas que já não estavam na escola na linha de base e aquelas que estavam na escola na linha de base. O foco do experimento é no segundo grupo. De cada EA, uma porcentagem de meninas na escola na linha de base foi aleatoriamente escolhida para a avaliação. Essas amostras percentuais aleatórias diferem nos estratos e grupos etários e variam entre 14% e 45% em áreas urbanas e de 70% a 100% em áreas rurais. Tal processo levou a uma amostra total de 2.907 meninas na escola nas 176 EAs.

As 176 EAs foram divididas aleatoriamente em dois grupos (tratamento e controle) de mesma dimensão. A amostra aleatória de tratamento de 88 EAs foi então ramificada em dois baseando-se no status de tratamento. O primeiro ramo continha 46 EAs e era condicionado. O segundo continha 27 EAs e não era condicionado. Nas 15 EAs restantes, não foram feitas transferências. Com a exclusão das 623 meninas que moravam nas EAs tratadas mas que não receberam transferências, tem-se a amostra aleatória de base com 2.284 meninas na escola em 161 EAs (1.495 em 88 EAs de controle, 506 em 46 EAs tratadas e condicionadas e 283 em 27 EAs tratadas e não condicionadas). Os resultados são estimados por meio de estimações de efeitos *intent-to-treat* de cada ramo de tratamento.

Baird *et al* (2010) exploram o experimento supracitado realizado no Malawi para investigar o impacto das transferências de renda sobre os casamentos, gravidez, atividade sexual e comportamento sexual de risco de meninas em idade escolar na África Subsaariana. Nessa região estão as maiores taxas de contágio pelo vírus HIV, com maior impacto sobre as meninas nessa faixa etária. A doença é uma das principais barreiras ao desenvolvimento da região. Para realizar essa investigação, os autores utilizam os impactos parciais do experimento randomizado realizado no Malawi, supracitado. Os autores utilizam tanto meninas que já não estavam na escola na linha de base e aquelas que estavam na escola na linha de base. O método utilizado são estimações de equações em diferenças.

Barham *et al* (2013a) avaliam os efeitos sistemáticos do Red de Protección Social (RPS) sobre a maior série atingida e sobre o aprendizado por meio da análise de sua avaliação randomizada. O RPS é conduzido na Nicarágua e tem tipos variados de transferências feitas às cuidadoras designadas em cada domicílio beneficiado. As transferências são condicionadas à comportamentos benéficos à saúde e educação e tal condicionalidade é monitorada pelos professores e pelos prestadores dos serviços de saúde. A RPS se divide em dois componentes principais: segurança alimentar, saúde e nutrição e; educação. Cada domicílio recebe, a cada dois meses, uma *transferência para segurança alimentar*, condicionada à presença da curadora responsável em workshops sobre saúde e à consultas preventivas para crianças de até cinco anos com prestadores especialmente treinados. A provisão de assistência médica foi acrescida para assegurar o incremento da demanda por esses serviços sem perda de qualidade. Cada domicílio também recebe uma *transferência para frequência escolar*, bimestral e contingente à matrícula e presença regular de crianças de 7-13 anos que ainda não haviam completado a quarta série do primário. Ademais, para cada criança, o domicílio elegível recebe uma transferência anual no início do ano letivo destinada à compra de material escolar. Para compensar o acréscimo de trabalho dos professores (execução de relatórios de presença e desempenho e turmas maiores) há uma pequena transferência chamada de *transferência ao professor*.

A avaliação randomizada do programa foi aplicada em seis municípios rurais situados no centro e no norte da Nicarágua. A escolha foi baseada nos indicadores de saúde e educação e, também, na capacidade de aplicação prática (facilidades de acesso e comunicação). Nesses municípios foram escolhidas localidades com base em um índice de marginalidade construído a partir do Censo Nacional de População e Habitação, de 1995. No índice, as localidades com maior pontuação eram aquelas mais empobrecidas e, das 59 localidades que constituíam o índice, as 42 com maiores escores foram elegidas. Por volta de 6% dos domicílios estabelecidos nessas localidades foram excluídos *ex ante* devido ao entendimento de que teriam recursos consideráveis. As localidades elegidas foram então randomizadas em dois grupos tratamento de mesma dimensão. O primeiro grupo foi denominado grupo prévio e, o segundo, grupo tardio (também pode-se referir como fase um e fase dois). A escolha dos grupos foi feita por meio de loteria pública e, para aumentar a probabilidade de haver um bom balanceamento em relação aos níveis de pobreza, as localidades foram divididas em sete estratos com seis localidades cada. O estratos foram definidos com base no índice de

marginalidade. A randomização foi feita através da escolha aleatória de três localidades em cada estrato para compor cada um dos grupos.

As 21 localidades que formavam o grupo prévio se tornaram elegíveis e receberam suas primeiras transferências em novembro de 2000 e as últimas no final de 2003, contabilizando assim três anos de transferências. Os domicílios situados nas localidades do grupo tardio foram informados que o programa começaria em uma data posterior. As transferências para o grupo tardio começaram no início de 2003 e também duraram três anos. Os domicílios do grupo prévio não receberam mais transferências após 2003 e logo não estavam mais condicionados, porém ainda estavam elegíveis para usar os serviços de saúde do programa. As pequenas transferências para os professores também continuaram. Ao fim de 2005, todos os benefícios cessaram para ambos os grupos. O grupo escolhido para análise foi o de meninos de 9 a 12 anos no início do programa em 2000. A escolha de tal faixa etária incluída no grupo prévio se deve ao fato de que, apesar do período de tratamento ter sido igual para os dois grupos, o número de anos letivos no programa foi maior no grupo prévio. Os autores utilizam a variação exógena entre os grupos tardio e prévio fornecida pela randomização escalonada de tratamento do programa para avaliar os efeitos de longo prazo do programa.

Barham *et al* (2013b) examinam a tese de que os primeiros mil dias de vida são cruciais para a formação da capacidade cognitiva e para o desenvolvimento físico. O programa examinado para isso é o mesmo do outro artigo de sua autoria (RPS), supracitado e descrito, assim como a avaliação randomizada. A amostra utilizada para análise inclui 171 meninos no grupo prévio e 197 meninos no grupo tardio, nascidos até um ano após o início das transferências no período entre novembro de 2000 e outubro de 2001. Para calcular os efeitos diferenciais de longo prazo do programa, os autores examinam a variação exógena entre os grupos tardio e prévio fornecida pela randomização escalonada de tratamento do programa.

Macours *et al* (2012) investigam o impacto de um programa piloto de transferências no desenvolvimento físico e cognitivo na primeira infância. O programa, Atención a Crisis, realizou transferências substanciais para domicílios em áreas rurais da Nicarágua. Sua implementação foi feita pelo Ministério da Família entre novembro de 2005 e dezembro de 2006 em seis municípios rurais. Nesses seis municípios, foram escolhidas 56 comunidades para o tratamento e 50 para o controle. A escolha foi aleatória, feita por meio de loteria pública. Nas comunidades escolhidas foram realizadas assembleias em que os responsáveis

pelo recebimento das transferências, em sua grande maioria mulheres, eram registrados e apresentados ao programa. Aos responsáveis, denominados *titulares*, era dito que as transferências eram destinadas a aprimorar a diversidade e conteúdo nutricional das dietas das crianças e à compra de material escolar. Ao final das assembleias foram feitas loterias para a atribuição dos domicílios em um grupo de tratamento de três disponíveis.

Os domicílios no primeiro grupo de tratamento (Grupo 1), recebiam transferências bimestrais feitas ao titular. Domicílios com crianças de até cinco anos eram condicionados à consultas gerais médicas regulares que, no entanto, não eram monitoradas na prática e o descumprimento não era penalizado. Domicílios com crianças com idades entre sete e quinze anos que não haviam completado o ensino primário recebiam uma transferência complementar condicionada à matrícula e presença regular. Essa condição era monitorada na prática. O Grupo 1 foi denominado *tratamento básico*.

Os grupos 2 e 3 recebiam transferências idênticas àsquelas recebidas pelo grupo 1. Aos domicílios do Grupo 2, além das transferências, foi oferecida uma bolsa de estudos que permitia um membro escolher entre cursos de treinamento vocacional e participar em workshops de negócios e mercado de trabalho. O Grupo 2 foi denominado *pacote treinamento*. Aos domicílios do Grupo 3 foi oferecida uma quantia fixa para o início de alguma atividade não agrícola. A quantia era condicionada à apresentação de um plano de negócios pelo domicílio. O Grupo 3 foi denominado *quantia fixa*. Além das transferências e benefícios, domicílios de todos os grupos recebiam repetidamente informações acerca da importância de dietas balanceadas e variadas, saúde e educação com o objetivo de alterar os padrões de consumo e investimento. A participação foi de 95% dos domicílios randomizados no três grupos de tratamento. O método utilizado para análise do programa piloto é a estimação dos efeitos intent-to-treat.

Galiani e McEwan (2011) investigam a importância da heterogeneidade no desenho de programas de transferência ao analisar um experimento randomizado realizado na segunda fase do hondurenho *Programa de Asignación Familiar* (PRAF), entre 2000 e 2002. Os indicadores analisados são a frequência escolar, matrículas e o trabalho infantil. A PRAF-II, lançada no final da década de 90 com suporte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tinha como objetivo aprimorar o PRAF-I. Foram implementados dois tipos de transferências às famílias: a transferência para educação no valor de US\$50-60 e; a transferência para saúde no valor de US\$40-50. A transferência para educação estava disponível para crianças de 6 a 12 anos matriculadas e com frequência regular da primeira a

quarta série. A transferência para saúde estava disponível para crianças abaixo de três anos e mulheres grávidas que compareciam a consultas regulares em centros médicos. No primeiro ano de implementação, as transferências foram distribuídas em três oportunidades: final de 2000, maio de 2001 e outubro 2001. Apenas as matrículas eram monitoradas como condicionalidades e nenhuma família foi excluída por não ter comparecido às consultas médicas.

O PRAF-II planejava fazer duas intervenções diretas no lado da oferta na educação e saúde. As intervenções na educação consistiam em pagamentos de quantias de aproximadamente US\$4.000 por ano para associações de pais em escolas primárias. Os pagamentos eram condicionados à obtenção de status legal e à preparação de planos de aprimoramento de qualidade. As intervenções na saúde consistiam em pagamentos de aproximadamente US\$6.000 por ano para centros de saúde locais dependendo da sua base de clientes. Os pagamento eram condicionados à formação de uma equipe médica e à preparação de orçamentos. Essas intervenções, no entanto, foram amplamente limitadas. Após dois anos de tratamento, apenas 7% dos fundos destinados a educação e 17% dos fundos destinados a saúde haviam sido aplicados.

As unidades de atribuição escolhidas para o experimento randomizado foram os municípios hondurenhos. A identificação dos municípios elegíveis para a atribuição aleatória foi feita por meio da análise das médias dos escores para altura-para-idade de alunos do primário, obtidos do Censo de Altura para Alunos do Primário, realizado em 1997. Os escores z para altura média para idade é uma *proxy* da pobreza municipal. Dos 298 municípios analisados foram escolhidos os 70 com as menores médias. O desenho do programa definiu três grupos tratamento e um grupo controle denominados respectivamente G1, G2, G3 e G4. G1 receberia as transferências para educação e saúde, G2 receberia as transferências e intervenções no lado da oferta, G3 receberia apenas intervenções no lado da oferta e G4 não receberia nenhum tipo de intervenção.

Os 70 municípios foram divididos em cinco quintis de 14 municípios cada baseando-se nas médias de altura-para-idade. A atribuição aleatória estratificada se deu da seguinte maneira: de cada quintil, 4 municípios eram aleatoriamente atribuídos ao G1, 4 ao G2, 2 ao G3 e 4 ao G4. A amostra final consistia em 20 municípios no G1, 20 no G2, 10 no G3 e 20 no G4. O tratamento teve início no final de 2000 e prosseguiu por dois anos. No entanto, há grande evidência de que as intervenções no lado da oferta foram minimamente realizadas.

Devido à randomização a estratégia empírica aplicada é direta com a estimação de mínimos quadrados ordinários.

Benhassine *et al* (2013) avaliam um programa piloto de transferências rotuladas aplicado no Marrocos nomeado *Tayssir* para analisar seus efeitos sobre a escolaridade e as diferenças entre transferências rotuladas e condicionadas. O *Tayssir* consistia em transferências mensais feitas aos pais de crianças em idade escolar primária (6 a 15 anos). O valor transferido aumentava de acordo com a idade. Crianças de 6 a 7 anos recebiam aproximadamente US\$8, crianças de 8 a 9 anos recebiam aproximadamente US\$10, crianças de 10 a 15 anos recebiam aproximadamente US\$13.

O programa piloto foi aplicado nos municípios rurais mais carentes com altas taxas de evasão escolar no ensino primário. Esses municípios estão situados nas cinco regiões mais empobrecidas do Marrocos (de 16 no total). Um total de 320 setores escolares (aproximadamente 65% de todos setores escolares situados nas regiões escolhidas) foram escolhidos e amostrados para o experimento. Desses, 260 foram selecionados aleatoriamente para receber o tratamento. Os outros 60 constituem o grupo controle. Os 260 setores foram aleatoriamente subdivididos em quatro subgrupos com um desenho dois por dois: transferências rotuladas como concedidas para facilitar investimentos em educação vs. transferências condicionadas à frequência escolar e; pai beneficiário vs. mãe beneficiária. Os grupos não eram do mesmo tamanho: enquanto pai beneficiário vs. mãe beneficiária era 50/50%, a rotulada vs. condicionada era 31/69%.

Dois setores escolares (um controle e outro tratamento) foram descartados devido a inundações. A amostra final tem, então, 318 setores com 59 setores no grupo controle, 40 setores no grupo rotulado e pai beneficiário, 40 no grupo rotulado e mãe beneficiária, 90 setores no grupo condicionado e pai beneficiário e 89 setores no grupo padrão condicionado e mãe beneficiária. As famílias nos grupos de transferências rotuladas recebiam transferências mensais fixas e não condicionadas à matrícula ou frequência. Era exaustivamente demonstrado que o dinheiro era destinado à educação. A inscrição no programa era feita na escola pelo diretor, era salientado que o dinheiro provinha do Ministério da Educação e os panfletos do programa traziam o desenho de uma criança na sala de aula com os dizeres "Programa piloto para a luta contra a evasão escolar. Para que a cadeira de seu filho não fique vazia". O grupos condicionados seguiam o padrão dos programas de transferência condicionada com o monitoramento rígido das condições. A análise dos efeitos é feita por meio da estimação de mínimos quadrados.

Berry (2014) testa os efeitos de incentivos pecuniários e *in-kind* para o aprendizado usando um experimento conduzido com crianças do ensino primário realizado em favelas da cidade de Guargaon, Índia. O experimento foi realizado entre julho e setembro de 2007. Foram selecionadas oito escolas públicas primárias com base na proximidade ao centro da cidade e na disponibilidade de transporte público. O experimento consistia em um pré-teste seguido da divulgação de um programa de incentivos e um pós-teste aproximadamente dois meses depois. As crianças foram, a princípio, testadas para a definição dos níveis base de aprendizado. À cada criança que tivesse uma pontuação aquém do nível máximo foi dado um objetivo baseado nessa pontuação seguido da atribuição aleatória em um de seis programas de incentivos. Para se maximizar a capacidade de se observar a heterogeneidade por pontuação no pré-teste, a randomização foi estratificada por pontuação no pré-teste em cada escola, série e turma.

Seis grupos tratamento formavam o experimento. Para quatro grupos, a atribuição dos prêmios variava em duas dimensões: o beneficiário direto do prêmio (o pai ou a criança) e a forma de premiação (dinheiro ou brinquedo). Dos dois tratamentos que ofereciam dinheiro como prêmio, um era orientado para os pais e o outro para as crianças. O valor oferecido era de 100 rúpias e era entregue caso a criança atingisse o objetivo estabelecido. Os dois tratamentos que ofereciam brinquedos como prêmio eram orientados para as crianças. O que os diferenciava era que, em um, o prêmio era um brinquedo no valor de 100 rúpias e, no outro, o prêmio era um voucher no valor de 100 rúpias resgatável em alguma loja de brinquedos local. Os dois grupos tratamento restantes ofereciam aos pais a escolha entre dinheiro para si e brinquedos para as crianças. Em um grupo a escolha deveria ser feita no anúncio do programa e, no outro, a escolha deveria ser feita caso a criança atingisse o objetivo. Aulas extras ministradas gratuitamente após a escola foram oferecidas a todos os grupos com o objetivo de auxiliar as crianças a atingirem seus objetivos.

O pré-teste utilizava um instrumento desenvolvido pela Prathan (ONG indiana) utilizado para avaliações da capacidade de leitura infantil. Cada criança foi avaliada em uma escala de zero a cinco. Um objetivo com base na pontuação atingida pela criança deveria ser alcançado no pós-teste para o recebimento do prêmio. Crianças que atingiram a pontuação máxima foram excluídas do programa e receberam um prêmio ao final do experimento. Após o teste, cada criança foi atribuída aleatoriamente a um grupo tratamento. Aproximadamente uma semana após o pré-teste, um levantamento para coleta de dados de linha de base foi conduzido no domicílio de cada criança e o programa de incentivos e o objetivo foram

anunciados. De 1466 crianças que realizaram o pré-teste, 331 foram excluídas por terem pontuação máxima e 49 foram excluídas por morarem muito longe das escolas dificultando a coleta de dados. Estavam, então, disponíveis para a randomização 1086 crianças. Dessas 85% foram alcançadas para a coleta de dados e anúncio do programa. Das 925 crianças as quais o programa foi oferecido, 900 fizeram o pós-teste. O pós-teste, similar ao pré-teste, foi aplicado aproximadamente dois meses após o anúncio do programa e a distribuição dos prêmios se deu no dia seguinte. Aproximadamente uma semana após o pós-teste um segundo levantamento foi conduzido para examinar as transferências realizadas nos grupos.

Fernald *et al* (2008) desagregam os efeitos das condições e das transferências de modo a analisar o impacto do componente renda, mantendo todos os outros aspectos constantes, e investigar seu efeito sobre o desenvolvimento físico de crianças. O programa analisado é o Progressa/Oportunidades. O Progressa foi implementado em 1997 e foi renomeado Oportunidades em 2000. É o maior programa de transferências condicionadas aplicado servindo de base para inúmeros outros. Em 2007 seu orçamento era de US\$3,7 bilhões e cobria cinco milhões de famílias. A elegibilidade é definida por meio da identificação de comunidades marginalizadas ou carentes. O critério de seleção é baseado na proporção de famílias vivendo em condições precárias de acordo com o censo nacional. As transferências são feitas de duas maneiras. A primeira é fixa e mensal condicionada à presença de todos os membros da família em consultas médicas preventivas e era destinada à compra de mais alimentos de melhor qualidade. O segundo tipo de transferência são bolsas escolares para famílias com crianças a partir da terceira série e era condicionada à pelo menos 85% de frequência. Além disso também são feitas transferências anuais para compra de material escolar. O valor das transferências aumenta de acordo com a série e é maior para meninas pois é interesse do governo que meninas, principalmente mais velhas, permaneçam na escola.

Um desenho de avaliação randomizada foi inicialmente implementado pelo governo mexicano para analisar os efeitos do programa. A inscrição de todas as famílias elegíveis se mostrou inviável devido às restrições orçamentárias e logísticas e a randomização precisou ser escalonada em um período de 18 meses. A intervenção se deu a nível comunitário e não domiciliar devido ao custo e também devido à inquietação social. Comunidades foram randomizadas dentro de cada estado em grupos controle e tratamento. Foram escolhidas aleatoriamente 320 comunidades na intervenção prévia, e 186 comunidades na intervenção tardia, em sete estados. Os domicílios elegíveis nas comunidades que receberam a intervenção prévia começaram a receber os benefícios em abril de 1998 e os domicílios das comunidades

da intervenção tardia começaram a receber os benefícios em novembro de 1999. A randomização significa que domicílios nas comunidades tratadas previamente estavam acumulando transferências por 18 meses antes dos domicílios das comunidades tratadas tardiamente serem incluídas.

O objetivo do trabalho é determinar se o recebimento de mais dinheiro do *Oportunidades* está associado com melhores resultados para o crescimento, desenvolvimento e a saúde das crianças analisadas. Para isso, a amostra é reduzida para crianças que foram beneficiárias durante toda a vida. A diferença se dá no período de exposição. Logo, a análise não testa os efeitos gerais do programa entre beneficiários e não beneficiários mas, sim, a variação exógena entre a intervenção prévia e tardia para se testar se há uma associação entre quantidades maiores de renda e resultados melhores para as crianças. Os autores utilizam regressões lineares e logísticas.

Janvry *et al* (2005) analisam a capacidade dos programas de transferência de renda de servir de proteção à choques de renda para evitar a evasão escolar. Para investigar esse valor de proteção os autores criam um modelo dinâmico de decisão familiar que fornece as equações para a estimação das escolhas de matrícula e trabalho utilizando os dados em painel de famílias do componente de avaliação randomizada do Progressa. O modelo captura cinco aspectos da decisão: escola e trabalho não são incompatíveis e não necessariamente competem por tempo; a utilidade que a criança atribui à matrícula pode ser positiva ou negativa; há um custo de reentrada se a criança não estava matriculada no período anterior; a transferência condicionada atua como um efeito preço no custo de escolaridade e; choques de renda afetam tanto as decisões de estudar como de trabalhar e essas respostas variam entre crianças de acordo com a renda familiar, utilidade atribuída a escola, salário potencial e custo líquido da escola. As previsões do modelo mostram que a transferência condicionada tem um forte efeito atenuante na evasão escolar como resposta ao choque, incluindo as crianças com utilidade negativa. No entanto, como a condicionalidade apenas se aplica à escola, as previsões do modelo mostram que as transferências não têm muito efeito impeditivo sobre os pais que decidem responder ao choque aumentando o trabalho infantil. Para a análise econométrica é utilizada a avaliação randomizada do *Oportunidades*, já descrita acima e a análise é restrita às crianças dos domicílios elegíveis. O interesse é nas escolhas de escola e trabalho de crianças com idades entre 8 e 17 anos em qualquer momento no período analisado.

3.2 Efeitos Diretos sobre a Educação

Os efeitos das transferências sobre a educação podem ser derivados do efeito renda das transferências em si que auxiliariam nos custos relacionados à escolarização e em outras limitações orçamentárias que potencialmente impactariam negativamente o processo educacional, do efeito preço das condicionalidades que criam incentivos para a matrícula e a frequência escolar ou dos efeito renda e preço combinados. Há grande discussão acerca dos impactos dissociados. Em relação ao impacto geral, há mais convergência em relação ao impactos sobre o uso dos serviços de educação, medido pelas matrículas, frequência escolar e número de séries completas, do que sobre os resultados finais de educação, como desempenho no boletim, desempenho em testes padronizados, avaliações acerca do aprendizado. Uma explicação plausível para esses resultados é que os serviços prestados são de baixa qualidade e não necessariamente um maior uso irá resultar em avanços significativos na formação de capital humano. A seguir, são expostos os resultados encontrados nos artigos descritos para os efeitos diretos sobre a educação.

Baird *et al* (2011) investigam a função da condicionalidade em programas de transferências. Os resultados encontrados para os impactos na educação (matrícula, frequência e desempenho) apontam relativa vantagem da condicionalidade. As taxas de evasão escolar no grupo controle são de 5 a 6% superiores às do grupo tratamento. O ramo condicionado do grupo tratamento teve taxas de evasão menores e a diferença entre ambos ramos é significativa ao nível de confiança de 95%. Além disso, o impacto do ramo condicionado parece ter persistido após o término do experimento enquanto o ramo não condicionado tem taxas idênticas às do grupo controle no primeiro período de 2010. A frequência na margem intensiva do ramo condicionado é superior à do grupo controle. Em 2009, a taxa geral de frequência do ramo condicionado foi 8% maior do que a do grupo controle, o que significa aproximadamente dez dias a mais por ano. No ramo não condicionado, o impacto estimado em comparação com o grupo controle é positivo porém estatisticamente insignificante.

Os impactos do ramo condicionado são superiores aos do ramo não condicionado principalmente nos primeiros períodos de cada ano. Tal período coincide com a época de escassez no Malawi, quando os alimentos são escassos e os casos de malária atingem seu pico. O desempenho foi testado por meio de testes de matemática, capacidade cognitiva e de leitura e compreensão em inglês. O ramo condicionado apresentou melhoras em todos os testes enquanto o ramo não condicionado não apresentou avanços significantes. O estudo

confirma que programas de transferência de renda com condições incorporadas são eficazes em aumentar a escolaridade, porém esse efeito parece ser menor do que outros estudos sugerem. A evidência apresentada demonstra que o custo-benefício de programas condicionados para aumentar a escolaridade é superior ao de programas não condicionados. As economias derivadas dos desligamentos causados pela desobediência das condições mais do que compensam os custos adicionais administrativos e de monitoramento.

Barham *et al* (2013a) analisam os efeitos de curto e de longo prazo do RPS sobre a maior série atingida. A análise dos efeitos de curto prazo mostra que, em 2002 na faixa etária selecionada (meninos de 9 a 12 anos no início do programa em 2000), o programa tinha levado a um aumento de meia série na maior série atingida, 14,2% nas taxas de matrícula e redução de quatro dias no mês anterior nas faltas escolares. Em 2004, o grupo prévio ainda tinha meia série a mais que o grupo tardio apesar de não receber mais transferências. Tal diferença é um indicativo de que, pelo menos até 2004, o programa levou a um aumento sustentado na maior série atingida para o grupo escolhido. No entanto, as taxas de matrícula para o grupo prévio era 10% menor que as do grupo tardio e o grupo prévio tinha duas faltas e meia no mês anterior a mais.

Em 2010, o programa havia cessado para ambos grupos a pelo menos quatro anos. De acordo com os resultados encontrados na avaliação de longo prazo, o impacto do programa sobre a maior série atingida é semelhante àqueles encontrados em 2002 e 2004. O grupo prévio manteve a vantagem de meia série a mais. Isso significa que os meninos do grupo tardio não alcançaram os do grupo prévio como se mostrou possível nas avaliações de curto prazo. Tal ganho sistemático é consistente com os padrões de evasão escolar observados no início do programa pois muitos meninos na faixa etária considerada já teriam saído da escola ou não estariam mais dentro da faixa etária necessária para receber as transferências. Os impactos sobre o aprendizado foram consideráveis. Há significativos efeitos sobre o desempenho nos testes de matemática e espanhol. No entanto, o Teste Raven (teste geral de cognição que não captura habilidades específicas aprendidas na escola) não mostra diferenças entre grupos. Ou seja, os impactos do programa estão concentrados nas habilidades aprendidas na escola. A exposição dos meninos na faixa etária considerada ao programa nos anos críticos durante a escola primária resultaram em mais escolaridade e em ganhos significativos de desempenho sete anos após o fim do programa. Tais ganhos, no entanto, não parecem derivar de aumentos na cognição.

Barham *et al* (2013b) examinam a tese de que os primeiros mil dias de vida são cruciais para a formação da capacidade cognitiva. Os resultados são divididos para meninos nascidos nos primeiros 12 meses do programa e meninos nascidos nos 6 primeiros meses do programa. A capacidade cognitiva de meninos expostos ao programa no útero é maior do que a de meninos expostos mais tarde. A diferença é de 0,15 no desvio padrão, estatisticamente significativa. Os resultados são similares tanto para meninos nascidos nos 12 primeiros meses quanto para os nascidos nos 6 primeiros meses e são robustos à inserção de controles adicionais. Os resultados encontrados corroboram a tese de que intervenções positivas nos primeiros mil dias de vida podem ter efeitos benéficos permanentes no desenvolvimento cognitivo de crianças.

Macours *et al* (2012) investigam o impacto de um programa de transferências no desenvolvimento físico e cognitivo na primeira infância. Os resultados observados demonstram efeitos positivos do programa sobre o desenvolvimento cognitivo das crianças tratadas. Dos coeficientes estimados, três quartos são positivos (33 de 42) e metade são estatisticamente significantes (15 de 33) a 10% de significância. O teste que mede o desenvolvimento cognitivo teve um aumento de 22 pontos percentuais frente ao grupo controle, significativo ao nível de 1%, em 2006. Já a altura-para-idade teve um aumento de 7 pontos percentuais, significativo ao nível de 5%, também em 2006. O coeficiente agregado de todos os resultados teve um aumento de 7 pontos percentuais em 2008.

Uma questão relevante levantada no artigo é se os resultados observados derivam do efeito renda isolado das transferências. Para investigar essa questão, os autores estimam o efeito do programa sobre o log do dispêndio per capita total. Em 2006, os domicílios que foram randomizados no Grupo 1 (tratamento básico) tiveram seu dispêndio incrementado em 28 pontos de log. Já os domicílios randomizados no Grupo 3 (tratamento básico mais quantia fixa) tiveram seu dispêndio aumentado em 33 pontos de log. Já em 2008, os domicílios que receberam a quantia fixa tinham dispêndios 8,8 pontos de log a mais do que os do grupo controle. Já os domicílios do tratamento básico tinham apenas 2,2 ponto de log de dispêndio a mais do que o grupo controle. Os domicílios do Grupo 3 tinham um dispêndio significativamente superior aos domicílios do grupo controle e Grupo 1, nitidamente em 2008, quando as transferências já haviam cessado a dois anos. Porém quando se compara os resultados dos grupos 1 e 3 não há nenhum tipo de vantagem do Grupo 3. Ou seja, os níveis superiores de dispêndio do Grupo 3 não parecem ter resultado em melhor desenvolvimento das crianças tratadas, particularmente em termos de desenvolvimento cognitivo. Este fato

sugere que os efeitos observados do programa não são derivados do incremento da renda isolado.

Galiani e McEwan (2011) investigam a heterogeneidade do efeito tratamento de programas de transferências analisam para isso a frequência escolar, matrículas e o trabalho infantil. Os resultados mostram que as crianças tratadas dos grupos G1 (transferências para educação e saúde) e G2 (transferências para educação e saúde e intervenções no lado da oferta) tiveram aumentos de 10,1 e 7,4 pontos percentuais respectivamente na frequência escolar frente ao grupo G4 (controle). O grupo G3 (intervenções no lado da oferta) não teve aumentos significativos. No geral, crianças tratadas são três pontos percentuais menos propensas a trabalhar fora de casa.

Considerando-se a estratificação dos grupos, percebe-se que os efeitos são mais intensos nos quintiis com as menores médias, ou seja, mais empobrecidos. Especificamente, nos dois quintiis mais empobrecidos as matrículas tiveram aumentos de 17,8 e 10,4 pontos percentuais respectivamente enquanto os outros três quintiis não tiveram aumentos significativos. O mesmo se observa para o trabalho infantil. Nos dois quintiis mencionados, há um declínio de 7,9 e 5 pontos percentuais respectivamente. Não foram observados efeitos *spillover* sobre crianças inelegíveis. No geral, os resultados do PRAF-II são significativos tanto em aumentar as matrículas e a frequência escolar quanto em diminuir o trabalho infantil. No entanto, esse efeitos não são tão significativos em regiões relativamente mais ricas mas também empobrecidas.

Benhassine *et al* (2013) investigam os efeitos de transferências rotuladas e condicionadas sobre a frequência escolar, evasão e reentrada na escola. Os resultados encontrados mostram que a frequência escolar no grupo rotulado e pai beneficiário é 7,4 pontos percentuais maior do que no grupo controle. O efeito é similar para o dois gêneros de beneficiários mas dois pontos percentuais maior nos grupos rotulados do que nos grupos condicionados. A taxa de evasão diminui 75% em relação ao grupo controle para todos os tratamentos. A reentrada na escola quase dobra nos grupos rotulados indo de 14,7% no grupo controle para 26,8% no grupo rotulado e pai beneficiário. Nos grupos condicionados, a reentrada também é significativa porém menor. O resultados do teste de aritmética ASER foram positivos porém modestos e não são estatisticamente significantes.

Berry (2014) testa os efeitos de incentivos pecuniários e *in-kind* para o aprendizado. O experimento não possuía um grupo controle e logo não é possível analisar o impacto geral do experimento. No entanto, o grupo de crianças que realizaram o pré-teste e foram incluídas na

randomização mas não foram alcançadas para o anúncio do programa de incentivos serve como grupo controle quasi-experimental. Essas crianças tinham pontuações semelhantes às que foram alcançadas. No pós-teste, crianças que estavam incluídas nos programas de incentivos estavam 27% mais propensas a atingir o objetivo. A presença nas aulas extras foi de 23% e, 54% das crianças atingiram o objetivo. O efeito estimado de qualquer incentivo sobre a consecução do objetivo é de 27%, ou seja, a magnitude dos efeitos estimados é pequena na prática. Os resultados não demonstram diferenças na frequência média ou na consecução do objetivo entre os grupos tratamento. No entanto, a evidência derivadas dos dados da linha de base revelam que o contexto do experimento e a forma de premiação (dinheiro ou brinquedo) é mais relevante do que a variação do beneficiário direto do prêmio (pai ou criança). Quando perguntadas o que fariam com as 100 rupias, 80% das crianças disseram que entregaram o dinheiro para os pais. O dinheiro raramente era dado para a criança para ser gasto à sua vontade e na maioria das vezes era utilizado para a compra de comida e vestuário.

Apesar de não haver diferenças significativas na presença nas aulas extras e na consecução do objetivo entre os grupos tratamento, há grande heterogeneidade nos efeitos tratamento quando se considera a pontuação no pré-teste. Crianças que inicialmente tinha pontuações baixas progrediram mais nos grupos em que os prêmios eram brinquedos e crianças que inicialmente tinham pontuações mais altas progrediram mais nos grupos que tinha dinheiro como premiação. Este fato sugere que incentivos para as crianças são mais efetivos para crianças com desempenhos baixos e incentivos aos pais são mais efetivos para crianças com desempenhos altos.

Janvry *et al* (2005) analisam a capacidade dos programas de transferência de renda de manter as crianças na escola na presença de choques de renda. Os autores analisam uma série de choques e concluem que os que causam mais evasão escolar são o desemprego do chefe da família e desastres naturais locais com 1,7 e 3,2 pontos percentuais na probabilidade de evasão, respectivamente. Oportunidades reduz completamente a probabilidade de evasão no caso de desastres naturais enquanto reduz apenas parcialmente a probabilidade no caso de desemprego do chefe da família. Considerando a heterogeneidade dos impactos dos choques em diferentes subgrupos de crianças, os autores afirmam que crianças na escola primária, crianças indígenas e crianças filhas de trabalhadores rurais são as mais afetadas pelo desemprego do chefe de família e desastres naturais. Meninos são mais afetados pelo desemprego do chefe de família enquanto meninas são mais afetadas por desastres naturais.

Considerando todos os choques, o Oportunidades anula quase que completamente os impactos negativos de choques sobre a escolaridade. Os autores analisam os impactos dos choques sobre o trabalho infantil. Os resultados mostram que o desemprego do chefe de família não induzem as crianças a trabalharem mais. No entanto, o adoecimento do chefe de família e de outras crianças na família e desastres naturais aumentam o trabalho infantil. O Oportunidades, no entanto, não tem efeitos significativos sobre o trabalho infantil diante de tais choques. Esse efeito já havia sido previsto no modelo elaborado pelos autores. Tal resultado sugere que as transferências condicionadas, apesar de terem um grande impacto positivo sobre a evasão, não previnem o trabalho infantil em resposta a choques de renda.

3.3 Efeitos Indiretos sobre a Educação

A formação de capital humano envolve diversos processos além da simples obtenção da escolaridade. Como exposto na seção 2, educação e saúde se relacionam de forma mútua. A formação física e, principalmente, da capacidade cognitiva são decisivos no processo de escolarização. Fatores como gravidez na adolescência, casamento precoce, trabalho infantil também são grandes impedimentos de tal processo. As transferências têm como objetivo impactar tais aspectos, tanto por meio das transferências como pelas condições para a saúde e, indiretamente, sobre a educação. A seguir, são expostos os resultados encontrados nos artigos descritos para os efeitos indiretos sobre a educação.

Baird *et al* (2011) ao investigar a função da condicionalidade em programas de transferências encontra resultados para taxas de casamento e gravidez na adolescência. Os efeitos do experimento sobre as taxas de casamento e gravidez mostram que o ramo não condicionado teve resultados expressivos. Ao final do experimento, 18% das meninas estavam casadas no grupo controle, número semelhante ao do ramo condicionado. Já no ramo não condicionado, 10% das meninas estavam casadas (redução de 44%). O grupo controle e o ramo condicionado tinham, ao final do experimento, aproximadamente um quarto das meninas grávidas no período. Ao mesmo tempo, o ramo não condicionado teve redução de 27% nessa probabilidade. Tais efeitos do ramo não condicionado se devem ao impacto da renda extra para meninas que saíram da escola. O ramo condicionado é incapaz de impactar essas meninas pois a evasão implica a exclusão do programa. O único modo de a condicionalidade impactar as taxas de casamento é evitando-se a evasão.

Baird *et al* (2010) exploram o experimento realizado no Malawi para investigar o impacto das transferências de renda sobre os casamentos, gravidez, atividade sexual e comportamento sexual de risco de meninas em idade escolar. Os autores utilizam casamento prematuro e gravidez precoce como indicadores da atividade sexual. A amostra escolhida foi selecionada para ter apenas meninas não casadas no início do experimento. Os resultados mostram que 27,7% das meninas que já não estavam na escola no início de experimento se casaram, enquanto esse número é menor no grupo tratamento, com 16,4%. Já para as meninas na escola durante o experimento não houve grandes diferenças entre os grupos controle e tratamento com 4,7% das meninas casadas no período em ambos grupos. A probabilidade de gravidez das meninas que já não estavam na escola ao início do experimento é 5,1 pontos percentuais menor no grupo tratamento, com redução de 30% nas gravidezes frente ao grupo controle. Para meninas na escola, o programa novamente não teve impactos consideráveis e as taxas dos grupos tratamento e controle são as mesmas. No início do experimento, 29,6% das meninas já fora da escola e 79,4% das meninas na escola reportaram nunca ter tido relações sexuais. A redução no início da atividade sexual é de 5,5 e 2,5 pontos percentuais, o que representa 46,6% de redução para as meninas fora da escola e 31,3% para meninas na escola respectivamente. Os autores complementam esse resultado mostrando que há redução no número de parceiros sexuais nas meninas tratadas. Não há impacto do programa sobre o uso de preservativo, no entanto, para as meninas tratadas e na escola, há redução na frequência sexual. O experimento apresentou efeitos significativos sobre casamentos prematuros, gravidez precoce, atividade sexual e comportamentos de risco.

Barham *et al* (2013b) examinam a tese de que os primeiros mil dias de vida são cruciais para a para o desenvolvimento físico. Os resultados mostram uma insignificante variação de -0,07 no desvio padrão. Esse fato sinaliza que o recebimento das transferências, tanto no útero quanto nos primeiros dois anos de idade não levou a uma formação e desenvolvimento físico superior após dez anos. Esse fato pode ser devido tanto a um impacto nulo sobre o grupo prévio e sobre o grupo tardio ou a uma recuperação do atraso no desenvolvimento do grupo tardio frente ao grupo prévio. Após investigação, os autores afirmam que a recuperação do atraso do grupo prévio é responsável pelo impacto nulo das transferências no desenvolvimento físico.

Fernald *et al* (2008) desagregam os efeitos das condições e das transferências de modo a analisar o impacto do componente renda, mantendo todos os outros aspectos constantes, e investigar seu efeito sobre o desenvolvimento físico de crianças. Os resultados demonstram

que o aumento cumulativo de transferências está associado a melhores resultados nas especificações analisadas. A acumulação de transferências está relacionada a um aumento na altura-para-idade, um menor predomínio de nanismo e sobrepeso, melhoras na resistência, memória de curto e longo prazo e desenvolvimento linguístico. Não há associação entre a acumulação de transferência e o número de dias doente no mês anterior ao levantamento, desenvolvimento motor e concentração de hemoglobina. Das variáveis incluídas como controles, o vocabulário das mães assim como o tamanho da família estava significativamente associado com a maioria das medidas de desenvolvimento físico.

Tais resultados sugerem que maiores transferências cumulativas às famílias estão associadas com melhores resultados em vários aspectos do desenvolvimento físico, cognitivo e linguístico das crianças tratadas. Como todas as crianças analisadas foram beneficiárias por toda a vida no período avaliado, as associações encontradas dificilmente são causadas por outros componentes do programa como acesso a alimentos mais nutritivos, pré-natal e outros serviços de saúde oferecidos. O efeito da maior acumulação de transferências pode ter ocorrido durante o período crítico de crescimento (gestação e os primeiros dois anos de idade) e as associações encontradas podem refletir o benefício duradouro da intervenção nesse período.

4. Programas de Transferências de Renda no Brasil

O Brasil, em toda sua história, foi um país permeado por grande desigualdade. Seus processos de formação envolveram a exclusão sistemática de pessoas que ficaram à margem da sociedade que se desenvolvia. A concentração da riqueza em poucas famílias e grupos e também em regiões específicas, precisamente sul e sudeste, resultou na manutenção dos níveis relativos da pobreza em todas suas dimensões. O principal motivador de tal continuidade é a desigualdade de oportunidades que alimenta círculos viciosos de pobreza. A exemplo de outros países da América Latina com composições sociais semelhantes, a estratégia preeminente adotada nas últimas décadas como tentativa de enfrentamento a tal realidade é a redistribuição da renda por meio de programas de transferências. Atualmente o principal programa ativo é o Bolsa Família que engloba transferências condicionadas e não condicionadas distintas e que tem exibido resultados positivos em diversos âmbitos.

4.1 Evolução dos programas de transferências de renda no Brasil.

As primeiras transferências de renda realizadas no Brasil se deram na década de 1970 e focavam idosos e portadores de deficiência com renda insuficiente para se manterem. Além da cobertura limitada, as transferências tinham pouca visibilidade. Com a promulgação da Constituição de 1988 e em particular a partir da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, as transferências ganharam crescente importância tanto em função do número de pessoas beneficiadas como do valor do benefício (Rocha, 2011). Até então, o sistema de proteção social se fundamentava sobre uma vertente essencialmente contributiva, particularmente do sistema previdenciário originado em 1923 com a Lei Eloy Chaves, e a participação de benefícios de natureza semi ou não contributiva era pequena.

Ainda que a Constituição definisse a proteção à família, à infância, e à adolescência entre os objetivos da Assistência Social em relação à segurança de renda, o sistema de proteção social vigente até a metade da década de 1990 deixava sem cobertura a população carente em idade ativa e com capacidade produtiva e, particularmente, as crianças. As taxas de pobreza e extrema pobreza da população mais jovem, especialmente crianças de até 15 anos, eram o dobro da média nacional à época, indicando que tal grupo era o mais vulnerável (Bartholo *et al*, 2013).

Os programas que emergiram a partir da metade de década de 1990 surgiram primeiramente em nível local com foco nas populações empobrecidas e com um viés pró-criança preponderante. As primeiras experiências de transferências condicionadas de renda se deram em 1995 em Campinas, Brasília e Ribeirão Preto. Não obstante o fato de que as linhas de elegibilidade e valores transferidos variassem, as transferências nas três cidades eram limitadas à famílias com crianças de até 15 anos e condicionadas à matrícula e frequência escolar. No ano seguinte, foi implementado o primeiro programa de transferências federal nomeado Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), conduzido pela Secretaria de Assistência Social. O foco do programa era em crianças com idades entre 7 e 15 anos que trabalhavam ou estavam propensas a trabalhar em atividades consideradas perigosas, insalubres ou degradantes, como o corte da cana ou a queima de madeira para produção de carvão. O valor da transferência era de R\$25 para crianças em áreas rurais e R\$40 em áreas urbanas.

Nos anos seguintes, cidades como Belo Horizonte, Belém, Goiânia, São Luiz e diversas outras iniciaram transferências condicionadas de renda. A partir de 1998, o governo

federal passou a fornecer suporte financeiro para municípios pobres que implementavam programas de renda mínima com condicionalidades para educação por meio de um programa intitulado Bolsa Criança Cidadã. Em 2001, o Bolsa Criança Cidadã foi modificado e se tornou o segundo programa federal de transferências, sendo chamado a partir de então de Bolsa Escola Federal, coordenado pelo Ministério da Educação. O programa era nitidamente inspirado no programa de transferências implementado em Brasília. Os grupos beneficiados eram famílias com crianças entre 6 e 15 anos e a condição era 85% de presença escolar. O benefício oferecido era de R\$15 por criança, não excedendo R\$45 por família.

Ainda em 2001, foi instituído o Bolsa Alimentação com os mesmos níveis de elegibilidade e benefícios do Bolsa Escola e coordenado pelo Ministério da Saúde. As famílias elegíveis deveriam comparecer à exames pré-natal e vacinar crianças de até seis anos de idade. Já em 2003, o recém eleito presidente Lula criou o Cartão Alimentação, uma transferência não condicionada de R\$50 que poderia apenas ser usada para a compra de alimentos. Logo haviam, em 2003, quatro programas federais de transferências distintos. Tal justaposição de programas tornou evidente a necessidade de coordenação e controle por meio de um cadastro único (Rocha, 2011). O governo federal estava transferindo quantias distintas para famílias diferentes sob os mesmos argumentos e não havia comunicação entre os órgãos que conduziam os distintos programas (Soares, 2012). Em suma, apesar da grande transformação da política de proteção social brasileira que tais programas representavam, havia uma grande desordem administrativa.

4.2 O Bolsa-Família

Em outubro de 2003, foi criado o Bolsa Família que tinha como um de seus objetivos basilares unificar e organizar os quatro programas de transferências federais existentes. O Bolsa Família também incorporou o Auxílio Gás, criado em 2001 para compensar famílias de baixa renda pela eliminação do subsídio embutido no preço ao consumidor do gás de cozinha. O Auxílio Gás era provido pelo Ministério de Minas e Energia e não tinha condições incorporadas.

4.2.1 Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)

Os principais mecanismos utilizados para unificar os quatro programas de transferências que estavam em curso e criar o Bolsa Família foram o estabelecimento do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e sua Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), essa última responsável pela aplicação e condução do programa.

O CadÚnico é anterior ao Bolsa Família, tendo sido criado em 2001. Registra informações de famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo e, por conseguinte, compreende um público significativamente maior do que aquele do programa. Tem como objetivo ser um registro administrativo no qual se baseia uma gama de políticas sociais. A informação do registro é coletada pelos agentes municipais do Bolsa Família por meio de questionários padronizados elaborados pela SENARC e pela Caixa. Já foram compostas sete versões do registro. A última, implantada em 2007, é a primeira versão on-line, o que elimina eventuais discrepâncias entre as bases locais e a base nacional observadas na versão 6. Atualmente, o CadÚnico conta com 25 milhões de famílias, sendo 23 milhões com renda declarada de até meio salário mínimo *per capita* (Bartholo *et al*, 2013).

4.2.2 Cobertura e Focalização

A Medida Provisória nº 132, convertida na Lei 10.386/2004 que criou o Bolsa Família determina explicitamente que o número de beneficiários deve se ajustar ao orçamento disponível. Uma vez que o orçamento tenha sido esgotado, novas famílias apenas poderão ser incluídas caso outras deixem o programa ou caso o Congresso vote por uma suplementação orçamentária. Por essa razão, existem cotas municipais para entrada no programa. A primeira meta de cobertura do programa, planejada em 2003, mirava aproximadamente 11 milhões de famílias, 6 milhões a mais do que os programas antecessores agregavam. Por questões operacionais, o governo decidiu expandir a cobertura gradualmente e tal meta foi ser atingida em 2006. Em 2007 e 2008, a cobertura se manteve com a simultânea entrada de novas famílias e saída de outras.

O critério de elegibilidade define que famílias extremamente pobres são aquelas com renda de até R\$77 por pessoa por mês e as famílias pobres são aquelas com renda entre R\$77 e R\$154 por pessoa por mês. Famílias pobres participam do programa desde que tenham em

sua composição gestantes e crianças e adolescentes de até 17 anos (Caixa, 2015). Medeiros, Britto and Soares (2008) descrevem o programa como um "*quasi-direito*" pois o critério de elegibilidade cria a situação em que existem famílias elegíveis mas não beneficiárias. Há relatos de famílias que exigiram na justiça o direito de serem integradas ao programa e ganharam (Soares, 2012).

Atualmente a cobertura do programa é de aproximadamente 14 milhões de famílias sendo o maior programa de transferências e um dos maiores programas sociais, atrás apenas do Sistema Único de Saúde (SUS) que cobre toda a população, e da educação e seguridade públicas, com 52 milhões de alunos e 21 milhões de beneficiários, respectivamente.

4.2.3 Benefícios

O Bolsa Família é composto de quatro tipos de benefícios e, como explicitado acima, dois níveis de elegibilidade. Os níveis de elegibilidade se referem a renda *per capita* familiar medida pelo CadÚnico. A Lei 10.386/2004 define *família* um grupo de pessoas parentes vivendo sobre o mesmo teto. Famílias cuja renda se encontra no nível de pobreza extrema tem o direito a uma transferência fixa e básica no valor de R\$77. Famílias extremamente pobres e pobres que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos recebem transferências de R\$35 para cada uma das três distinções descritas e cada família pode acumular até cinco transferências, somando R\$175. Famílias extremamente pobres que tenham em sua composição jovens com idades entre 16 e 17 anos recebem transferências no valor de R\$42 e cada família pode receber até duas transferências. Por fim, famílias extremamente pobres, além das transferências básicas a variáveis descritas, recebem o Benefício para Superação da Extrema Pobreza, transferências que variam em função do valor total já recebido no programa. Não há indexação formal para os níveis de elegibilidade e benefícios mas é feito um esforço para que ambos acompanhem a inflação. Os benefícios são concedidos em um período de dois anos.

4.2.4 Condicionalidades

A Lei 10.386/2004 define que, para receber os benefícios, as famílias devem manter seus filhos na escola, comparecer a consultas médicas periódicas e vacinar suas crianças. O monitoramento é complexo e ocorre em três diferentes áreas em três níveis federativos. A

condicionalidade educacional é monitorada por secretarias da educação municipais e estaduais e garantida pelo Ministério da Educação. Condicionalidades para a saúde são monitoradas por secretarias da saúde municipais e estaduais e garantidas pelo Ministério da Saúde. O Ministério do Desenvolvimento Social recolhe os dados e dá o retorno para as famílias.

Até 2006 não havia monitoramento rígido das condicionalidades. Em outubro de 2006, os Ministérios mencionados criaram um sistema de monitoramento que tem se tornado cada vez mais eficaz. O monitoramento educacional subiu de 62% das crianças em 2006 para 85% em 2008 e o monitoramento para saúde subiu de 6% em 2006 para 60% em 2008 (Soares, 2012).

4.3 Impactos do Bolsa Família

Uma das principais deficiências do Bolsa Família é o fato de a sua implementação não ter sido acompanhada de uma simultânea elaboração de avaliações randomizadas de seus efeitos. Não há um grupo controle definido e nem houve por muito tempo uma única fonte de dados sequer que seguisse as crianças entre períodos permitindo o cálculo do fluxo escolar, para se citar um exemplo (Oliveira e Soares, 2013). No entanto, fontes de dados como o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), Censo Escolar, Projeto Frequência Escolar dos Beneficiários (Frequência), entre outras, têm sido elaboradas nos últimos anos para embasar avaliações do programa. De fato, há diversas análises quantitativas, qualitativas, participativas e *quasi*-experimentais sob os mais variados aspectos. A produção acadêmica relacionada ao tema vem crescendo de forma acelerada desde de 2006 totalizando, no período de 2004 a 2010, um conjunto de 799 estudos e pesquisas (Jannuzi e Pinto, 2013) .

Há grande heterogeneidade de resultados, em grande parte devido a variações de metodologias, e maior convergência em relação a alguns impactos do que outros. Ainda sim, há um consenso de que o Bolsa Família é um sucesso relativamente a seus objetivos, focalização e custos. De acordo com Soares (2012), o programa tem relevantes impactos positivos sobre a distribuição de renda e desigualdade. Os impactos sobre a pobreza não são tão significativos devido aos baixos benefícios e são maiores sobre a pobreza extrema e em medidas de pobreza que discriminam a linhas de renda entre os pobres como o hiato de

pobreza e severidade da pobreza. Não há impactos negativos sobre o mercado de trabalho. Nas subseções seguintes os diferentes impactos são expostos.

4.3.1 Pobreza

A renda *per capita* brasileira cresceu mais de 40%, entre 2003 e 2011, enquanto a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini diminuiu 9,2%, de 0,576 para 0,523. Portanto, a distribuição da população por estratos de renda mudou substancialmente (Osorio e Souza, 2013). A extrema pobreza teve queda de 8% para pouco mais de 3% e a pobreza retraiu de 16% para 6%. A porcentagem dos não pobres subiu de 26% para 41% e a porcentagem dos vulneráveis se manteve constante em 50%.

Soares *et al* (2010) calculam os efeitos do Bolsa Família sobre a pobreza. Em 2001, os programas que precederam o Bolsa Família reduziram 0,1 ponto percentual na pobreza extrema. Em 2005, tal efeito dobrou e, em 2009, o programa foi responsável por reduzir a pobreza e extrema pobreza em 1,9 e 1,6 pontos percentuais, respectivamente. Tais números representam, respectivamente, 13 e 32% da pobreza e pobreza extrema. Os impactos do programa sobre outras medidas de pobreza como o hiato de pobreza a severidade da pobreza são mais significativos. Enquanto a pobreza extrema foi reduzida em apenas 1,6 pontos percentuais, a redução do hiato de pobreza foi de 18% e da severidade, 25%.

4.3.2 Desigualdade

Enquanto os impactos do programas sobre a pobreza são modestos, o mesmo não pode se dizer em relação aos impactos sobre a desigualdade de renda. Há uma conclusão geral de que a contribuição do programa para redução da desigualdade é considerável embora não seja sua principal motivação. Há grande variabilidade em relação ao tamanho de tal redução. Os percentuais encontrados variam entre significantes 12 e 31% da redução (Soares, 2012).

Hoffman (2013) avalia os efeitos do Bolsa Família sobre a desigualdade regional. A substancial redução na desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini para a distribuição da renda entre estados tem como sua principal explicação as dinâmicas da renda do trabalho dos setores econômicos, com a descentralização da indústria e do setor de serviços como principal vetor. O Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, outro programa de transferências, são responsáveis por 15% e 9,3% da redução respectivamente. Tais reduções

embora não sejam objetivos diretos dos programas, são resultado de sua bem realizada focalização da cobertura.

4.3.3 Educação

Antes de se comentar os impactos do Bolsa Família sobre a educação deve ser salientado que existe uma grande fragilidade estrutural na educação pública brasileira. Professores são desvalorizados, desmotivados e frequentemente entram em greve. Os materiais utilizados são limitados, ultrapassados e de má qualidade. Apesar de haver exceções, as instalações são precárias e frequentemente há escassez de elementos imprescindíveis para o bom funcionamento de uma escola como água e merenda. Uma parte substancial do problema da formação de capital humano no Brasil deriva de tal realidade, além da abstenção e evasão escolares, que o programa objetiva atenuar.

A grande escassez de dados de acompanhamento e a falta de um grupo controle definido desde a implementação do programa dificulta uma análise mais robusta do efeitos do programa sobre a educação. Soares (2012) afirma que é uma área que necessita mais pesquisa. No entanto, alguns estudos foram feitos e indicam impactos positivos do Bolsa Família sobre a educação no país, principalmente nos resultados que estão mais relacionados às condicionalidades do programa. Em relação a frequência e matrícula, Silveira Neto (2010) estima um impacto de três pontos percentuais para ambos aspectos sob o programa, Glewwe e Kassouf (2010) afirmam que o programa aumentou em 5,5% as matrículas em escolas de 1ª a 4ª série e em 6,5% em escolas 5ª a 8ª série e Pellegrina (2011) estima uma redução na abstenção escolar de 3%. Em relação a evasão escolar, Osorio, Ribas, Soares (2010) estimam que crianças beneficiárias têm probabilidade 1,6 pontos percentuais menor do que não beneficiárias de deixar a escola, Glewwe e Kassouf estimam reduções de 0,5 e 0,4 ponto percentual para a 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries respectivamente e Pellegrina estima uma redução de 22%. Aquino *et al* (2013) ao analisar os efeitos sobre a repetência, concluem que o aluno beneficiário tem probabilidade 11% menor de repetir de ano do que alunos não beneficiários.

Os efeitos do programa sobre a educação que estão menos relacionados às condicionalidades são menores, quando não nulos, e mistos. Pellegrina, ao examinar o desempenho no boletim e em exames padronizados, conclui que o impacto do Bolsa Família sobre esses aspectos é nulo. Cireno *et al* (2013) analisam a associação entre ser ou não beneficiário do Bolsa Família e o desempenho na Prova Brasil. Os resultados indicam que

beneficiários do programa têm, em média, desempenho inferiores na Prova Brasil aos dos não beneficiários e tal diferença é explicada pelas suas condições socioeconômicas e características das escolas que frequentam. Isto acontece tanto no quinto como no nono ano. Há, no entanto, uma clara tendência quando se compara o quinto e nono ano, ou há uma inversão da desvantagem (desempenho e reprovação) ou uma vantagem já no quinto ano para alunos beneficiados. Devido ao alto grau de exposição ao programa, as condições impostas tem efeitos positivos sobre a progressão escolar desses alunos. Sendo assim, o Bolsa Família parece diminuir a desigualdade educacional desses alunos, quando comparados ao restante. Camargo (2011) também investiga a relação entre o Bolsa Família e o desempenho na Prova Brasil, além das taxas de aprovação e evasão. Os resultados encontrados demonstram que há uma relação causal negativa entre a proporção de alunos beneficiados em uma escola e suas taxas de aprovação e abandono, assim como suas notas nos exames de português e matemática da Prova Brasil indicando que é necessário uma maior atenção para escolas com muito beneficiários do programa. Rogério Santarrosa (2011), utilizando dados de testes padronizados e registros administrativos do Bolsa Família no estado de São Paulo, conclui que não há efeitos do programa sobre a capacidade cognitiva.

4.3.4 Saúde

A maior aflição que a pobreza impõe é a fome e a desnutrição que impedem a correta formação física, especialmente na gestação e nos dois primeiros anos de vida. O Bolsa Família, quando estabelece transferências fixas à denominada extrema pobreza, camada da sociedade que mais é afetada por esse problema, tenta atenuar essa situação. As condições de comparecimento à consultas preventivas e pré-natal e a vacinação de crianças também tentam melhorar as condições de desenvolvimento físico mas, assim como no caso da educação, esbarram nas deficiências estruturais que tanto limitam o desenvolvimento do Brasil.

Os resultados para a nutrição, no entanto, não são animadores. Andrade, Chein e Ribas (2007) comparam a nutrição de famílias beneficiárias e não beneficiárias, analisando os principais indicadores: peso para idade, altura para idade, peso para altura e Índice de Massa Corporal (IMC) para idade. Os resultados sugerem que não há impactos significativo do programa sobre tais indicadores. Resultados similares já haviam sido encontrados para o Bolsa Alimentação (Osorio, Ribas e Soares, 2010). Cortez-Escalante *et al* (2013), no entanto,

encontram que há menor prevalência de baixo peso ao nascer entre famílias extremamente pobres beneficiadas.

Costa *et al* analisam uma avaliação randomizada em que 1.266 crianças foram avaliadas em uma favela em Salvador para se observar os impactos do programa sobre a utilização dos serviços de saúde. Os resultados encontrados demonstram que as condicionalidades cumprem o seu papel em aumentar o uso dos serviços de saúde e há efeitos *spillover* sobre membros da família que não estariam condicionados na prática mas que mesmo assim comparecem às consultas. O principal efeito direto de tal aumento no uso dos serviços de saúde é a redução da mortalidade infantil. De fato, Aquino *et al* (2013) argumentam que o Bolsa Família tem tido resultados expressivos em reduzir a mortalidade infantil e doenças relacionadas à pobreza como a diarreia e infecções respiratórias.

4.3.5 Fertilidade

Uma teoria que cria resistência ao Bolsa Família é que o aumento dos benefícios de acordo com o número de crianças cria incentivos para que as famílias tenham mais filhos para receber mais transferências. Devido as relativamente baixas taxas de fecundidade no Brasil, esse é um receio infundado. Uma teoria mais justificável seria aquela em que meninas que saíram da escola tenham incentivos para engravidar precocemente. Rocha (2009) e Alves e Cavenaghi (2013) analisam os efeitos do programa sobre a fertilidade. Os resultados encontrados demonstram que não há nenhum impacto do programa sobre decisões de fertilidade.

4.3.6 Mercado de Trabalho e Trabalho Infantil

Uma outra teoria que gera resistência ao Bolsa Família é influência do mesmo sobre o mercado de trabalho. Uma predição dos modelos estáticos de oferta de trabalho é a de que o efeito renda, derivado das transferências, tenha um impacto negativo sobre a oferta de trabalho, considerando-se que o indivíduo aloque seu tempo entre trabalho e lazer. Tal predição, apelidada de "efeito preguiça", quando testada empiricamente não se concretiza de forma significativa. Ao fazer uma revisão dos estudos realizados sobre o tema, Oliveira e Soares (2012) concluem que o programa possui impactos pequenos sobre o mercado de trabalho. Ribas e Soares (2010) afirmam que há a possibilidade de que o programa incentive a

informalidade, já que beneficiários tem grandes incentivos de esconder sua renda do governo para não perderem seus benefícios.

Ferro, Kassouf e Levison (2009) investigam os efeitos do programa sobre o trabalho infantil. De acordo com eles, o Bolsa Família parece ter o efeito esperado sobre o trabalho infantil, com maior eficácia em meios urbanos do que rurais. Para crianças vivendo no campo, o programa reduz a probabilidade de se trabalhar em 1,8 pontos percentuais enquanto, para crianças vivendo na cidade, a redução é de 5,6 pontos percentuais em tal probabilidade.

5. Considerações Finais

A pobreza é um processo complexo que envolve inúmeras dimensões e logo vários fatores. Pessoas que nascem e vivem em situações de pobreza enfrentam inúmeros obstáculos que na maioria das vezes impendem sua superação e condenam gerações seguintes a continuarem pobres. Tal processo é chamado de perpetuação da pobreza e permeia a maioria das sociedades, com grande extensão em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Uma das principais causas para essa transmissão intergeracional de pobreza é a marginalização de populações empobrecidas. A essas populações é negado o acesso a condições mínimas de moradia com falta de saneamento básico, escolas de qualidade e serviços de saúde mínimos. A formação de capital humano, sistematicamente associado à maiores reduções da pobreza e desigualdade, é substancialmente menor em populações empobrecidas. A pobreza envolve fatores que são determinantes na formação física e cognitiva de crianças. Esses fatores podem influenciar diretamente o processo de escolarização, resultando em desempenho escolar inferior, absenteísmo e abandono.

A redistribuição da renda por meio de transferências diretas com condicionalidades para a formação de capital humano é uma forma de lidar com a pobreza. As Transferências Condicionadas de Renda são utilizadas por diversos países, com virtualmente todos os países da América Latina tendo algum programa ativo. O objetivo das transferências é, além de aliviar a pobreza presente, é romper os ciclos de pobreza existentes por meio da formação de capital humano. Como os programas de transferências aplicados têm desenhos distintos com diferentes transferências, elegibilidade e cobertura, os resultados encontrados podem não se estender para todos os países. O RPS na Nicarágua tem grandes impactos sobre a pobreza e o consumo, enquanto no Bolsa Família esses impactos são mais modestos (Fiszbein e Schady,

2009). Há também uma grande variabilidade de metodologia empregada e grande heterogeneidade de resultados para alguns indicadores.

No geral, há uma grande evidência de que as Transferências Condicionadas de Renda têm um impacto positivo sobre a pobreza e sobre a formação de capital humano, principalmente em relação a educação. De acordo com os experimentos apresentados no presente trabalho, as transferências têm um impacto positivo sobre as matrículas e a frequência escolar (Galiani e McEwan, 2011; Benhassine *et al*, 2013; Berry, 2014; Baird *et al*, 2011; Baird *et al*, 2010), sobre o desempenho escolar e cognitivo (Barham *et al*, 2013a; Barham *et al*, 2013b; Berry, 2014; Macours *et al*, 2012), sobre a evasão escolar (Benhassine *et al*, 2013; Janvry *et al*, 2005; Baird *et al*, 2011) sobre o desenvolvimento físico e a saúde (Barham *et al*, 2013b; Macours *et al*, 2012; Fernald *et al*, 2008), sobre o trabalho infantil (Galiani e McEwan, 2011) e gravidez, casamentos e comportamentos de risco (Baird *et al*; 2010; Baird *et al*, 2011).

O principal programa brasileiro, o Bolsa Família, não teve qualquer tipo de avaliação oficial elaborada durante a sua implantação, o que dificulta a análise de seus impactos. Ademais, principalmente no primeiros anos de implantação, houve uma grande carência de dados para embasar avaliações do programa. Atualmente há mais condições de análise graças a bases como o PNAD, POF, Censo Escolar, Projeto Frequência Escolar dos Beneficiários. O Bolsa Família não apresenta resultados contundentes como o de outros programas apresentados no presente trabalho. Ainda sim, há efeitos positivos do programa sobre o uso dos serviços de educação e saúde e um significativo impacto sobre a desigualdade no país.

Embora sejam bons instrumentos para lidar com a pobreza, as Transferências Condicionadas de Renda não terão efeitos mais contundentes enquanto existirem enormes disparidades de renda e de oportunidades. Se as condições de moradia e os serviços de saúde e de educação não tiverem saltos de qualidade, a pobreza continuará a ser transmitida e perpetuada.

Referências Bibliográficas

ABER, J. L. *et al*. The **effects of poverty on child health and development**. *Annual Review of Public Health*. v. 18, pp. 463-483. 1997.

ADAIR, L. *et al.* **Maternal and child undernutrition: consequences for adult health and human capital.** *The Lancet*. v. 371, pp. 340-357. 2008.

AHMAD, A. **Poverty, Education and Child Labour in Aligarh City-India.** *Stud Home Com Sci*. v. 6, no. 3, pp. 165-172. 2012.

ALVES, J.; CAVENAGHI, S. **O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil.** In: CAMPELO, T.; NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

ANDRADE, M. V.; CHEIN, F.; RIBAS, R. P. **Políticas de transferência de renda e condição nutricional de crianças: uma avaliação do Bolsa Família.** Texto para Discussão, Belo Horizonte: Cedeplar, n. 32, 2007.

AQUINO, R. *et al.* **Efeitos do Bolsa Família sobre a mortalidade em crianças: uma análise nos municípios brasileiros.** In: CAMPELO, T.; NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

BAIRD, S. *et al.* **The Short-Term Impacts of a Schooling Conditional Cash Transfer Program on the Sexual Behavior of Young Women.** *Health Policy*. v. 19, pp. 55-68. 2010.

BAIRD, S.; MCINTOSH, C.; OZLER, B. **Cash or Condition? Evidence from a Cash Transfer Experiment.** *The Quarterly Journal of Economics*. v. 126, no. 4. 2011.

BARHAM, B.; MACOURS, K.; MALUCCIO, J. **Boy's Cognitive Skill Formation and Physical Growth: Long-Term Experimental Evidence on Critical Ages for Early Childhood Interventions.** *American Economic Review*. v.103, no. 3. 2013b

BARHAM, B.; MACOURS, K.; MALUCCIO, J. **More Schooling and More Learning? Effects of a Three-Year Conditional Cash Transfer Program in Nicaragua after 10 Years.** *IDB working paper series* ; 432. 2013a

BARTHOLO, L.; FALCÃO, T.; PAIVA, L. H. **Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema.** In: CAMPELO, T.; NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

BASCH, C. **Healthier students are better learners: high-quality, strategically planned, and effectively coordinated school health programs must be a fundamental mission of schools to help close the achievement gap.** *The Journal of School Health*. v. 81, no. 10, pp. 650-662. 2011.

BAWANE, J.; JULIUS, M. K. **Education and Poverty, relationship and concerns. A case for Kenya.** *Problems of Education in the 21 Century*. v. 32, pp. 72-85. 2011

BEEGLE, K. *et al.* **Why Should We Care About Child Labor? The Education, Labor Market, And Health Consequences of Child Labor.** *NBER Working Paper*, no. 10980. 2004.

BENHASSINE, N. *et al.* **Turning a shove into a nudge? A "labeled cash transfer" for education.** *NBER Working Paper*, no. 19227.

BERRY, J. **Child Control in Education Decisions: An Evaluation of Targeted Incentives to Learn in India. 2014.** Disponível em <https://www.povertyactionlab.org/publication/child-control-education-decisions-evaluation-targeted-incentives-learn-india>> Acesso em 20/02/2015

BIRD, K. **The intergenerational transmission of poverty: an overview.** Working Paper 99, Manchester: *Chronic Poverty Research Centre*. 2007.

BLACK, M.; ENGLE, P. **The effect of poverty on child development and educational outcomes.** *Annals of the New York Academy Sciences*. v. 1136, pp. 243-256. 2008.

BORGERAAS, E.; DAHL, E. **Low income and poverty lines in Norway: a comparison of three concepts.** *International Journal of Social Welfare*. v. 19, no. 1, pp. 73-83. 2010.

BRESLAU, J. **Health in Childhood and Adolescence and High School Dropout**. California Dropout Research Project no.17. 2010.

CAIXA. **O Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>> Acesso em 20/02/2015

CAMARGO, P. C. **Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

CIRENO, F.; SILVA, J.; PROENÇA, R. P. **Condicionalidades, desempenho e percurso escolar de beneficiários do Bolsa Família**. In: CAMPELO, T.; NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

CLAUDIO, L. *et al.* **Housing and health: intersection of poverty and environmental exposures**. *Annals of the New York Academy of Sciences*. v. 1136, pp. 276-288. 2008.

CORTEZ-ESCALANTE, J. J. *et al.* **Menor ocorrência de baixo peso ao nascer entre crianças de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família**. In: CAMPELO, T.; NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

COSTA, F. *et al.* **The impact of Brazil's Bolsa Família conditional cash transfer program on children's health care utilization and health outcomes**. *International Health and Human Rights*. v. 14, no. 1. 2014

CUTLER, D. M.; LLERAS-MUNEY, A. **Education and Health: Evaluating Theories and Evidence**. *NBER Working Paper* no. 12352. 2006.

EDMONDS, E. **Poverty alleviation and child labor**. *NBER Working Paper* no. 15345. 2009.

FERNALD, L. *et al.* **Role of cash in conditional cash transfer programmes for child health, growth, and development: an analysis of Mexico's Oportunidades.** *The Lancet*. v. 371. 2008.

FERNANDES, R. **Ensino Médio: Como aumentar a atratividade e evitar a evasão?** *Relatório do Instituto Unibanco*. 2010. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/ensino_medio-como_aumentar_a_atratividade_e_evitar_a_evasao.pdf> Acesso em 20/02/2015

FISZBEIN, A; SCHADY, N. **Conditional cash transfers. Reducing present and future poverty.** Washington: World Bank, 2009.

FERRO, A.; KASSOUF, A.; LEVISON, D. **The Impact of Conditional Cash Transfer Program in Brazil on Household Work Decisions in Brazil.** XXXVII Encontro Nacional de Economia - ANPEC 37º, Foz do Iguaçu, 2009.

GALIANI, S; MCEWAN, P. J.; **The Heterogeneous Impact of Conditional Cash Transfers.** 2011. Disponível em: <<http://www.povertyactionlab.org/sites/default/files/publications/447%20CCT%20Honduras%20Sept%2011.pdf>> Acesso em 20/02/2015

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. **O Impacto do Programa Bolsa Família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação.** *Seminário Itaú Internacional de Avaliação Econômica de Projetos Sociais*, São Paulo, 2010.

HANNUM, E. **Poverty and Education in Comparative Perspective: a review.** 2013. Disponível em: <http://works.bepress.com/emily_hannum/35> Acesso em 20/02/2015

HOFFMAN, R. **Transferências de Renda e Desigualdade no Brasil.** In: CAMPELO, T.; NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

JANNUZZI, P. M.; PINTO, A. R. **Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impactos do Bolsa Família.** In: CAMPELO, T.; NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

JANVRY, A. *et al.* **Can conditional cash transfer programs serve as safety nets in keeping children at school and from working when exposed to shocks?** *Journal of Development Economics*, v. 79, n. 2, pp. 349-373. 2006.

LÊ, F. *et al.* **Effects of child and adolescent health on educational progress.** *Social Science and Medicine*. v. 76, no. 1, pp. 57-66. 2013.

MACOURS, K.; SCHADY, N.; VAKIS, R. **Cash Transfers, Behavioral Changes, and Cognitive Development in Early Childhood: Evidence from a Randomized Experiment.** *American Economic Journal: Applied Economics*. v. 4, no. 2, pp. 247-273. 2012.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. V. **Targeted transfers programmes in Brazil: BPC and the Bolsa Família.** IPC-UNDP. Brasília, 2008.

NERI, M. C. **O Paradoxo da Evasão e as Motivações dos sem Escola.** In: Veloso, F.; Pessôa, S.; Henriques, R. e Giambiagi, F. (orgs), *Educação Básica no Brasil: Construindo o País do Futuro*. Elsevier, Rio de Janeiro, p.171-188. 2009.

OLIVEIRA, L. F. B.; SERGEI, S. **O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho.** Brasília: Ipea, (Textos para Discussão, n. 1.738). 2012.

OSORIO, R. G.; SOUZA, P. H. **O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011.** In: CAMPELO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

OSÓRIO, R. G.; SOARES, F. V.; RIBAS, R. P. **Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família: cash transfer programmes in comparative perspective.** PNUD, International

Poverty Center, (Evaluation Note n. 1). 2007. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCEvaluationNote1.pdf>> Acesso em 20/02/2015

PELLEGRINA, H. S. **Impactos de curto prazo do programa bolsa família sobre o abandono e o desempenho escolar do alunado paulista**. Dissertação de mestrado, FEA-USP, São Paulo, 2011.

REICHMAN, N. **Low Birth Weight and School Readiness**. *The Future of Children*. v. 15, no. 1, pp. 91-116. 2005.

RIBAS, R. P.; SOARES, F. V. **Is the effect of conditional transfers on labor supply negligible everywhere?** 2010. Disponível em: http://www.iza.org/conference_files/worldb2011/ribas_r6802.pdf> Acesso em 20/02/2015

ROCHA, R. **Programas Condicionais de Transferência de Renda e Fecundidade: evidência do Bolsa Família**. Apresentado na "Sociedade Brasileira de Econometria". 2009.

ROCHA, S. **O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza**. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 20, n. 1, abr. 2011

SANTARROSA, R. **Impacto das transferências condicionadas de renda sobre a proficiência dos alunos do ensino fundamental no Brasil**. Dissertação de mestrado. FGV - Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, 2011.

SEN, A. **Conceptualizing and Measuring Poverty**. IN: GRUSKY, D.; KANBUR, R. *Poverty and Inequality*. Stanford University Press. 2006.

SILVEIRA NETO, R. M. **O impacto do programa Bolsa Família sobre a frequência à escola: estimativas a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD)**. IN. DE CASTRO, J.A.; MODESTO, L. (Eds). *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios - Volume 2*. Brasília, IPEA. 2010.

SOARES, S. **Bolsa Família, its design, its impacts and possibilities for the future**. Brasília: IPC-IG, (Working Paper, n. 89). 2012. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper89.pdf>> em 20/02/2015